



APRESENTAÇÃO

O tema em destaque nesta edição da *Trama Interdisciplinar*, a Educação da Infância, tem cruzado a trajetória do pensamento pedagógico como importante discussão no que se refere à aproximação das práticas históricas, sociais e culturais voltadas às crianças. Tanto pais e profissionais quanto a sociedade como um todo estão conscientes do quão importantes são os primeiros anos de vida para as novas gerações. Diante dessa constatação, é notável o aumento de conhecimentos suscitados por pesquisas relacionadas às crianças de 0 a 5 anos de idade, assim como a legislação fomentada pelos alarmantes indicadores sociais e econômicos dessa faixa etária e os profissionais envolvidos nos seus processos de cuidado e educação. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica capaz de colocar em destaque a prioridade da infância e passa a ser imprescindível na sociedade contemporânea, vislumbrando uma atenção mais humana aos mais novos.

Com a proposição deste dossiê, pretendemos refletir e analisar criticamente temas convergentes relacionados à educação da infância, dando especial atenção à arte e à cultura na educação de crianças pequenas. Procuramos colocar em relevo as culturas infantis, os espaços e tempos de ser criança, as políticas de acesso à educação infantil, a inclusão de crianças com necessidades especiais na primeira etapa da educação básica e a relação da educação infantil com as famílias. Uma reunião de estudos, como esta, não poderia deixar de contemplar experiências estrangeiras na educação de infância. Para tanto, contamos com dois estudos europeus pautados em experiências em Portugal e na França.

O propósito desta edição é fomentar a discussão sobre a relevância da educação da infância, seus encaminhamentos e propósitos, a contribuição dos aportes teóricos no campo das Ciências Sociais para o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, bem como o desenvolvimento de metodologias qualitativas capazes de dar conta do fenômeno social da infância, e a sua educação e cuidados em instituições coletivas fora do ambiente familiar.

Partimos da necessidade de encorajar continuamente o aprofundamento de uma temática que, longe de ser esgotada, pode despertar questões ainda não aprofundadas por professores, estudantes e pesquisadores. Para tanto, contamos com a contribuição de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que investigam o assunto, permitindo a disposição de uma coletânea de textos que apresentam desenvolvimentos históricos e perspectivas atuais da educação da infância e temas recentes que têm impulsionado nossas reflexões. Esta coletânea propõe-se a refletir sobre questões e tensões colocadas à educação da infância em diferentes

contextos: 10 artigos o compõem e 15 autores colaboram para dar visibilidade a um campo emergente e instigante que ainda tem muitos aspectos inexplorados e inúmeras temáticas não esgotadas.

O primeiro artigo foi escrito por Deise Arenhart e Jader Janer Moreira Lopes e recebeu o título "O espaço e o tempo como marcas de alteridade em culturas infantis". O texto toma como base as reflexões e análises desenvolvidas na tese de doutorado intitulada *Entre a favela e o castelo, efeitos de geração e classe social em culturas infantis*, bem como os estudos e as reflexões desenvolvidos no Grupo de Pesquisa em Geografia da Infância da Universidade Federal Fluminense (Grupegi-UFF). Nele, os autores analisam como crianças que vivem em contextos socioculturais e geográficos distintos são produzidas pelo espaço e, principalmente, como estabelecem suas relações – enquanto crianças – com o espaço e o tempo.

O segundo artigo, "A brincadeira de faz de conta e a infância", de Zoia Prestes, aborda as reflexões de Lev Semionovitch Vigotski a respeito da brincadeira de faz de conta. Ao longo de sua vida, o autor não desdobrou o tema da brincadeira, mas, até hoje, sua palestra *A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança*, proferida em 1933, estenografada e publicada na União Soviética em 1966, é uma referência para os que estudam a teoria histórico-cultural soviética e russa. Por ser, segundo Vigotski, uma das atividades-guias da infância, a brincadeira de faz de conta apresenta aspectos de fundamental importância que impulsionam o desenvolvimento da criança. Pode-se afirmar que, na brincadeira de faz de conta, ela vivencia verdadeiros dramas, pois, mesmo tendo a liberdade de criar as situações imaginárias, há regras de comportamento social implicadas na atividade em que são estabelecidas relações, seja entre crianças, entre crianças e objetos ou, até mesmo, entre crianças e adultos.

Em "Arte na educação infantil: pesquisa, experimentação e ampliação de repertórios", Rosvita Kolb-Bernardes e Luciana Esmeralda Ostetto, dando ênfase à pesquisa, à experimentação e à ampliação de repertórios, têm a intenção de compartilhar algumas reflexões sobre a arte na educação infantil, dialogando com pesquisas, experiências e preceitos legais que tematizam a questão. De acordo com as autoras, há uma busca por tornar visíveis concepções e práticas pedagógicas que contribuam para alargar as oportunidades de acesso à produção artístico-cultural, promovendo a aproximação das crianças aos diferentes códigos estéticos, ampliando seus repertórios vivenciais e culturais. Para tanto, o texto propõe a discussão sobre a necessidade de um espaço específico para a arte em creches e pré-escolas: o ateliê. Um espaço-tempo que, intencionalmente organizado, encoraja crianças e adultos à experimentação e à exploração de diferentes materialidades, à invenção e à formulação de ideias e projetos, potencializados no diálogo com a arte.

O quarto artigo, "Educação da infância: um olhar sobre a formação de professores(as)", de Ana Luisa Nogueira de Amorim, discute a formação do(a) professor(a) de educação infantil, compreendendo que, nas últimas décadas, a formação de professores vem assumindo posição de destaque no campo teórico, nas políticas públicas educacionais e nos discursos

governamentais. De acordo com Amorim, a temática tem sido apresentada como a solução para a melhoria da qualidade da educação brasileira e é colocada como um dos requisitos fundamentais para a garantia do direito de crianças a uma educação infantil de qualidade. Partindo desses pressupostos, a autora analisa dados empíricos sobre a formação e a prática pedagógica de educadores. As análises evidenciaram a fragilidade na formação docente e a falta de compreensão sobre o desenvolvimento infantil e sobre a especificidade do trabalho. Segundo a autora, embora alguns profissionais tenham a formação no curso de Pedagogia, parece que essa formação não lhes garantiu uma prática pedagógica que lhes possibilitasse compreender as especificidades do trabalho na educação infantil. A autora discute também outro resultado encontrado: a falta de políticas de formação continuada.

"As políticas de priorização para o acesso ao direito à educação infantil em creches" é o título do quinto artigo, escrito por Angela Scalabrin Coutinho e Adriana Dragone Silveira. As autoras analisam que o direito à educação infantil está consolidado na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado e direito do trabalhador. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reconhece a educação infantil como primeira etapa da educação básica e responsabilidade do município. Essa positivação do direito auxilia as pressões da sociedade civil organizada, favorecendo a ampliação do atendimento em instituições educacionais. Apesar do crescimento da oferta observado nas últimas décadas, notam-se desigualdades no que se refere à frequência, sobretudo em creche, devido a situações de domicílio, cor e quintos de renda. Diante desse quadro, esse artigo analisa o perfil do atendimento da educação infantil em Florianópolis e as políticas de acesso à creche (0 a 3 anos), a partir das portarias de matrículas do período de 2001 a 2015, buscando empreender questionamentos sobre a priorização em um contexto que apresenta insuficiente política para contemplar vagas para todas as crianças, embora tenha alto percentual de atendimento. Da análise empreendida no artigo, destaca-se que o critério de menor renda utilizado pelo município revela-se como uma saída para contextos que apresentam maior demanda do que oferta. No entanto, assumi-lo significa legitimar a ausência de vaga para todos e todas e, portanto, admitir a ineficiência do Estado na garantia dos direitos básicos da população, embora considere o princípio da diferença e da reparação em um contexto de uma sociedade desigual como o Brasil, visando garantir uma igualdade equitativa de oportunidades.

Em "Temporalidades adversas e adversidades temporais na educação da infância", Maria das Graças Oliveira e Magali Reis relatam as notações de tempos de famílias, de crianças e de educadoras infantis de uma unidade municipal de educação infantil localizada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os dados mostram que a organização dos tempos na educação infantil influencia as relações sociais e culturais na instituição. Na relação entre as famílias e as professoras, o desafio é a conciliação dos tempos destas para os encontros e os diálogos na creche. Os participantes da família que exercem atividades profissionais necessitam adequar os momentos de levar e trazer a criança ao espaço de tempo antes do

trabalho para cumprir as exigências dos horários de sua atividade profissional. O estado e o mercado de trabalho interferem nos tempos criados para a efetivação da relação entre as famílias e a creche pública.

Éric Plaisance, professor emérito da Universidade de Paris Descartes, em "Intervention et éducation précoces" ("Educação e intervenção precoce"), traz uma importante reflexão, resultante de seus estudos e pesquisas sobre as perspectivas de inclusão da pequena infância na educação. Segundo o autor, a intervenção precoce é definida como um conjunto de ações multidisciplinares destinadas a crianças de 0 a 6 anos com sinais ou risco de diferentes tipos de deficiências, e atua como uma forma complementar e de apoio a seus pais. Segundo Plaisance, o conceito é mais amplo que o da educação e tem a vantagem de se concentrar em práticas que não podem ser concebidas isoladas umas das outras, precisamente de acordo com as características gerais do desenvolvimento da primeira infância. A intervenção precoce é necessariamente multifacetada.

O oitavo artigo, de Cristina Rocha e Manuela Ferreira, com o sugestivo título "*... Porque agora as crianças são bebés!*": mudanças percebidas na educação familiar e no jardim de infância por educadoras de infância em Portugal – o caso da alimentação", analisa as mudanças percebidas na educação familiar e no jardim de infância por educadoras de infância em Portugal, atendo-se ao aspecto da alimentação. De acordo com as autoras, o processo de socialização das crianças pequenas na contemporaneidade decorre em transições permanentes entre a família e o jardim de infância (JI). Recorrendo à Sociologia da Família e à Sociologia da Infância, esse texto visa refletir sobre as mudanças na educação familiar e na educação no jardim da infância, tomando como objetos as práticas alimentares. As situações vividas com as crianças e suas famílias em torno da alimentação, reportadas por educadoras de infância com larga experiência profissional em JI públicos, urbanos, permitiram identificar determinadas práticas alimentares familiares como problemáticas e com repercussões no seu trabalho profissional. Essas práticas constituem, por isso, uma lente privilegiada para apreender mudanças na socialização da pequena infância que, num primeiro momento, são analisadas no contexto da família, nas relações dos pais com os filhos e, em seguida, no contexto do JI, nas relações das educadoras com as crianças e os seus pais. Por fim, a análise desenvolvida em torno da infância, da alimentação e da educação permitiu ainda detectar mudanças nos estatutos sociais de adulto e de criança, estimulando a reflexão acerca das relações intergeracionais que ocorrem no contexto da família e das instituições para a educação de infância em Portugal.

O nono artigo, "Neurociência e inclusão: implicações educacionais para um processo inclusivo mais eficaz", apresenta uma problemática pouco discutida no campo da educação infantil brasileira. No texto, a pesquisadora portuguesa Stela Marques, radicada no Brasil, demonstra que estudos na área da neurociência têm sido gradualmente discutidos no âmbito da educação, numa tentativa de obter subsídios para melhor compreender o desenvolvi-

mento humano e a multiplicidade de habilidades do cérebro. Quando aferimos a conjuntura e as implicações inerentes à educação inclusiva, esse entendimento transdisciplinar torna-se ainda mais preponderante. Embora a escola seja um espaço privilegiado de conjugação da diversidade, a sua lógica de funcionamento (por meio de regras, condutas e disciplina) tende à homogeneização e à diluição das diferenças mais marcantes entre sujeitos naturalmente diferentes. A inclusão educacional, por sua vez, visa à valorização e ao engajamento da singularidade de talentos, capacidades, conhecimentos e experiências das crianças reunidas na escola com um objetivo comum: aprender. Com uma maior observância das políticas de inclusão, é urgente refletir sobre a diversidade das competências do cérebro humano para melhor compreender, respeitar e valorizar as limitações e o potencial de cada aluno. Para tanto, é fundamental discutir a formação docente específica em matérias da neurociência. Esse texto não oferece ao docente as estratégias didáticas neurocientíficas, mas visa elucidar alguns aspectos contemplados pela neurociência, que podem nos ajudar a compreender o desafio de ensinar-aprender na diversidade, e o impacto de práticas docentes mais efetivas no âmbito da educação inclusiva.

Finalizando esta coletânea, a educação infantil do campo é o foco das análises da pesquisadora Fernanda de Lourdes Almeida Leal. O artigo "Educação infantil do campo e Pedagogia: um diálogo a se fazer" tem centralidade na reflexão sobre o lugar da educação infantil do campo nos cursos de Pedagogia no Brasil. Na perspectiva da autora, as crianças que residem nas áreas rurais brasileiras, apesar de serem contempladas no texto legal das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, ainda não estão referendadas, salvo algumas exceções, de forma clara nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia. Ela argumenta sobre a necessidade de haver no percurso da formação dos professores a análise do que vem se consolidando no país sobre a educação das crianças pequenas residentes no campo e em áreas rurais.

Por meio dos estudos apresentados neste dossiê, colocamos diante da comunidade acadêmica e dos profissionais de Educação uma parte de nossas reflexões, capazes de representar nosso pensamento, cuja orientação teórica está referenciada no campo das Ciências Sociais e sua interlocução com a Educação.

Consideramos a educação da infância uma experiência que é, ao mesmo tempo, universal e particular, única e plural. É justamente a sua complexidade que lhe possibilita dialogar com o diferente nesse país marcado pela diversidade social e cultural. Consideramos que este dossiê, ao apresentar uma abordagem plural da temática, contribui para a ampla divulgação dos conhecimentos produzidos desde a esfera das políticas públicas brasileiras às esferas da educação das crianças no âmbito da prática pedagógica nas instituições de educação infantil. Compreendemos que o conjunto de estudos reunidos aqui poderá contribuir com os debates e com as reivindicações para a consumação de uma educação infantil de qualidade social para as crianças brasileiras.

Destacamos que os estudos apresentados dão visibilidade a metodologias adequadas ao tema pesquisado, isto é, a infância e sua educação. Concebemos que os sujeitos privilegiados nas pesquisas apresentadas exigiram rigor metodológico na condução da investigação científica tal que expressasse a riqueza e a complexidade do cotidiano da educação infantil. Esse campo conceitual, tão recente no Brasil, exige cada vez mais pesquisas densas e articuladas, que visem superar velhos clichês com o intuito de trazer à reflexão as experiências, a cultura e as práticas brasileiras, e, dessa forma, possibilitar um amplo debate sobre o que as pesquisas revelam sobre a educação das crianças no Brasil e em outros países, as metodologias de pesquisa adotadas e também o surgimento de novas questões de investigação no campo da educação da infância.

Procuramos possibilitar que as crianças brasileiras sejam, de fato, as protagonistas, no intuito de estabelecer um critério nacional de estudo das experiências aqui encontradas, as quais são *sui generis*. Desse modo, procuramos falar da infância e da educação de crianças a partir delas mesmas, pois analisamos que elas são protagonistas em seu processo de inserção na cultura. De fato, com nossos estudos, buscamos contribuir para o avanço das discussões da área. Esperamos que os estudos apresentados sejam proveitosos do ponto de vista social, acadêmico, profissional e político.

Desejamos boa leitura a tod@s!

Magali Reis

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Maria das Graças Oliveira

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)